



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ANDRÉIA SOUSA DE ARAUJO

**A AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DAS CRIANÇAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
JUNHO - 2018**

ANDRÉIA SOUSA DE ARAUJO

**A AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DAS CRIANÇAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nádia Jane de Sousa.

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA
JUNHO - 2018**

A663a Araujo, Andreia Sousa de.

A AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DAS CRIANÇAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL / Andreia Sousa de Araujo. - João Pessoa,
2018.

41 f.

Orientação: Nádja Jane de Sousa.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Linguagem Oral. Crianças. Avaliação. Ed. Infantil.
I. Sousa, Nádja Jane de. II. Título.

UFPB/BC

ANDRÉIA SOUSA DE ARAUJO

**A AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ORAL DAS CRIANÇAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia, no Centro de
educação da Universidade Federal da Paraíba,
como cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Nádia Jane de Sousa

Profa. Dra. Nádia Jane de Sousa
(Orientadora)

Emília Cristina Ferreira de Bastos

Profa. Dra. Emília Cristina Ferreira Bastos
(Membro)

Elzanir dos Santos

Profa. Dra. Elzanir dos Santos
(Membro)

JOÃO PESSOA-PB
2018

Dedico este trabalho a Deus, a minha família, em especial aos meus filhos, Gabriel e Laís, aos meus colegas de curso, a todos os profissionais que fizeram parte de minha formação acadêmica e a todos que contribuíram para a concretização deste objetivo.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são envolvidos nas mais plenas emoções que constituíram minha trajetória para conclusão deste curso.

Esta conquista acontece como um sonho que pensava nunca alcançar. Entrar para a universidade aos 39 anos, foi um dos feitos mais ousados que já fiz na minha vida, manter-se nela por quase cinco anos foi uma experiência que nunca pensei assumir com tanto fôlego e sobretudo perseverança, otimismo e comprometimento. Agora, ao relembrar todos os obstáculos passados, agradeço imensamente a Deus por ter me dado saúde e discernimento para fechar este ciclo.

Agradeço a todos meus familiares que torceram e me apoiaram em especial à minha mãe querida Lionete.

Aos meus filhos Gabriel e Laís, por serem meus maiores incentivadores e meus amores.

As (aos) amigas (os) de turma, pelas amizades construídas e por proporcionarem tantos momentos edificantes vividos em sala de aula, nos auditórios e nos corredores desta querida instituição.

A todos os professores que tive a honra de ser aluna, em especial a professora Nádia Jane de Souza meus sinceros agradecimentos por todo ensinamento compartilhado, aos momentos dedicados a expressar palavras de incentivo e apoio, ao empenho e dedicação apresentado tanto quando fui sua monitora quanto na orientação e concretização deste trabalho.

Obrigada!

Andréia Sousa de Araújo.

“Quanto mais você conhece que seu medo é consequência da tentativa de praticar seu sonho, mais você aprende a pôr seu sonho em prática”.

Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de discutir a Avaliação na Educação Infantil tomando como ponto de observação e estudo a linguagem oral das crianças. Traz reflexões sobre a especificidade da criança, como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, a partir de estudos trazidos por autores como Jussara Hoffmann (2012), Wallon (1942), Vygostky (1936), Buckingham (2007), Sarmento (2003; 2004), entre outros; também se baseia nos documentos legais que regem a Educação Infantil brasileira. A partir destas premissas, o estudo tem como objetivo analisar a linguagem oral das crianças e a influência desta nas avaliações feitas pelos professores e a instituição que fazem parte. Para isto, é feito uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, no qual os sujeitos entrelaçam as crianças, os professores e a instituição. O trabalho foi realizado em uma instituição pública de Educação Infantil da cidade de João Pessoa a partir de um quadro previamente elaborado no qual orienta a observação *in loco* e qualifica a pesquisa. Ao mesmo tempo, se aferiu os descritivos avaliativos utilizados na instituição com o intuito de relacionar com os resultados e análises dos dados observados. Assim, pôde-se verificar que a linguagem oral das crianças é um fator que influencia nos resultados avaliativos por gerar aspectos que ultrapassam as barreiras da comunicação e da expressão. Ela distingue a cultura, o desenvolvimento, o pertencimento, a visão de mundo, entre outras percepções da criança. Entretanto, apesar da linguagem oral ser fonte de subsídio para uma avaliação mais contundente e qualificada, percebe-se que isto não é notado de forma efetiva por docentes e instituição diante as observações aferidas neste estudo, uma vez que outros aspectos e fatores são colocados em questão, interferindo na adequada forma de avaliar e na finalidade proferida à Educação Infantil.

Palavras chaves: Linguagem oral. Crianças. Avaliação. Educação Infantil.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the evaluation in early childhood education by taking as a point of observation and study the oral language of the children. Brings reflections on the specificity of the child as a subject of historical, social, and cultural rights, from studies brought by authors such as Jussara Hoffmann (2012), Wallon (1942), Vygostky (1936), Buckingham (2007), Sarmiento (2003; 2004), between others; also builds upon legal documents governing the brazilian children's education. Based on these premises, the study aims to analyze children's oral language and its influence on the assessments made by the teachers and the institution they are part of. For this, an exploratory and descriptive research of a qualitative approach is carried out; in which subjects intertwine children, teachers and the institution. The work was performed in a public institution of early childhood education of the city of João Pessoa from a previously elaborated framework in which guides the on-site observation and qualifies the search. At the same time, showed the evaluative descriptive used at the institution in order to relate to the results and analyses of the observed data. Thus, it was verified that the oral language of children is a factor that influences the evaluative results by generating aspects that overcome the barriers of communication and expression. It distinguishes the culture, development, belonging, world vision, among other perceptions of the child. However, although oral language is a source of subsidy for a more conclusive and qualified evaluation, it is noticed that this is not effectively noticed by teachers and institution in view of the observations made in this study, since other aspects and factors are placed in question, interfering in the appropriate way of evaluating and in the purpose given to Early Childhood Education.

Key words: Oral Language. Kids. Evaluation. High Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE: a construção da criança como sujeito de direitos, histórico e cultural.....	13
2.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS: CONQUISTAS LEGAIS NO BRASIL.....	15
3 LINGUAGENS E LINGUAGEM ORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	18
4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
5 PERCURSO METODOLÓGICO	24
6 OBSERVAÇÕES FEITAS NO CAMPO DE PESQUISA, ANÁLISES E RESULTADOS OBTIDOS.....	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8 CRONOGRAMA	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Na Educação Infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica, a avaliação deve ser entendida a partir da perspectiva do desenvolvimento da criança e esta, por sua vez, precisa ser vista e respeitada como sujeito de direitos, histórico-social e cultural.

A criança também deve ser retratada como protagonista das diversas experiências de aprendizagem e do seu desenvolvimento, como preconiza os documentos nacionais, entre eles as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009).

Partindo destas concepções, as quais abrangem o respeito à criança e suas especificidades, a avaliação é apresentada como instrumento de suma importância no contexto escolar, pois coloca o professor e a instituição em papéis imbricados para esta ação.

Alicerçado nestes paradigmas, aborda-se, através deste trabalho de Conclusão de Curso, tanto a temática que envolve a Avaliação na Educação Infantil como a Linguagem Oral das crianças por meio de reflexões junto a alguns autores como Jussara Hoffmann (2012), Wallon (1942), Vygostky (1936), Buckingham (2007), Sarmiento (2003; 2004), entre outros.

Usa-se também a afirmativa de que o uso da linguagem oral é parte integrante da cultura. Esta linguagem, por sua vez, é desenvolvida no âmbito das relações entre pares. Sendo assim, traduz-se o que se apresenta descrito no Referencial Curricular da Educação Infantil (1998), o qual traz que “a criança aprende a verbalizar por meio da apropriação da fala do outro”, ou seja, utiliza as palavras como instrumento de comunicação, a partir da interação com os adultos, com as pessoas que ela convive, enfim, é algo inerente ao seu contexto social e cultural.

Portanto, as ações procedidas pelas crianças advêm de construções históricas e variam de acordo com suas próprias culturas.

Entrelaçando estas primícias, configura-se o estudo e o interesse pelo tema, o qual surgiu durante o retorno, como monitora através do Projeto de Monitoria, às aulas da disciplina Organização e Prática da Educação Infantil, exercido no ano de 2017, contemplando leitura de textos e exemplos de práticas sobre a Avaliação na Educação Infantil. Como também, nas reflexões geradas a partir da participação, em

2016, como bolsista no Programa de estágio curricular não obrigatório da UFPB desempenhado na escola de Educação Básica (EEBAS), no Campus I, onde se teve a oportunidade de vivenciar e praticar ações educativas com crianças de 2 e 3 anos, colaborando na construção de relatórios avaliativos individuais, elaborados pela professora supervisora e entregue aos pais no final do período, os quais corroboram com os modelos que se sugerem ser aplicados na Avaliação da E.I., de acordo com os aspectos legais e normativos.

Desta forma, possibilitando diversas interpretações que ainda não foram alçadas e pesquisadas, surge a necessidade de explorar e aprofundar essa discussão em uma perspectiva acadêmica, tornando-se de grande relevância para discussão na área educacional.

Assim, seguindo as orientações prescritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), sugere-se que a avaliação seja entendida como um instrumento de subsídio para que os professores observem e reflitam sua relação com as crianças e que repense a função que estes instrumentos devem ocupar no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, avaliar na Educação Infantil deve tomar como contrapartida o desenvolvimento da criança e não o suposto julgamento sobre a *performance* destas, ou seja, quando ela verbaliza suas ações ou emoções expõe seu contexto cultural e social. Isto, portanto, irá diagnosticar ou demonstrar seu potencial e desenvoltura diante, por exemplo, suas habilidades cognitivas. Podendo acontecer um julgamento precoce no qual poderá constar e/ou interferir no processo avaliativo.

Contudo, ressalta-se que este tema ainda levanta muitas indagações, entre elas destaca-se uma principal: Como a linguagem oral infantil é avaliada na Educação Infantil?

No entanto, outros questionamentos são importantes para entender essa questão central. Uma é no que se refere aos instrumentos avaliativos: como se apresentam e como são utilizados? A outra recai sobre a linguagem oral das crianças: ela pode ser um fator que compromete o processo de avaliação?

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a linguagem oral das crianças e a influência desta nos resultados avaliativos. Em função disto, tomam-se como subsídios os descritivos apresentados por professores em uma instituição pública de ensino no Município de João Pessoa, além de: aferir como são

apresentados e elaborados os registros de avaliação na instituição de ensino visitada durante a pesquisa; analisar as relações professor/criança, criança/criança e criança/instituição em relação à linguagem oral no cotidiano escolar; verificar quais os fatores da linguagem oral das crianças que podem interferir nos resultados avaliativos.

Para isto, é feita pesquisa de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, na qual os sujeitos da pesquisa entrelaçam as crianças e os professores.

O estudo é desenvolvido a partir de visitas a um CREI¹ (Centro de Referência de Educação Infantil) do Município de João Pessoa, em uma turma com crianças de 3 (três) anos, a fim de aferir os instrumentos avaliativos nesta instituição e registrar observações acerca do tema e do referido problema.

Para percorrer esses direcionamentos, este trabalho organiza-se no referencial teórico a partir de concisas considerações sobre a infância da modernidade à contemporaneidade, apresentando como se deu a construção da criança como sujeito de direitos, histórico e cultural, inserindo as conquistas legais alcançadas historicamente a nível nacional. Logo após, refere-se brevemente às linguagens para então se dar ênfase ao foco do trabalho, que é a Linguagem Oral. Em seguida, faz-se uma descrição sobre a Avaliação na Educação Infantil, trazendo reflexões teóricas auxiliando uma melhor definição do estudo.

Finalizando a sistemática, expõe-se nos últimos tópicos, a metodologia utilizada, as observações feitas no campo de pesquisa e as análises e resultados obtidos, encerrando com as referências que possibilitaram o aprofundamento e organização deste trabalho.

2 DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE: construção da criança como sujeito de direitos, histórico e cultural.

A fim de compreender o processo de ressignificação da infância, far-se-á breves considerações através de um resgate histórico da Infância Moderna até os dias atuais, a fim de caracterizar as mudanças significativas ocorridas nas últimas duas ou três décadas e como alguns conceitos foram construídos, descrevendo como era dado o tratamento à criança na Modernidade até atualmente.

Para isto faz-se necessário mencionar alguns pensadores que influenciaram o pensar e ver a criança para a Modernidade, como Rousseau, Pestalozzi e Froebel.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) ao apresentar o pensamento no qual “privilegia a subjetividade que na intimidade deve permanecer ligada à natureza”, provocou forte impacto no modo de educar das elites francesas, fazendo com que se afastassem de uma educação coletiva para a mais individualizada. Pensava a infância relacionada à pureza por isso contestava as normas da sociedade adulta fazendo severas críticas à educação autoritária. (COSTA, 2000, p.10).

“Pestalozzi seguiu as ideias de Rousseau, acreditando que o homem nasce inocente e bom, sendo a função da educação, a humanização e estimulação do desenvolvimento espontâneo da criança” (Costa, 2000, p.12), ou seja, ele relaciona o processo educacional com a natureza e reflete que a criança ao nascer de um processo natural, igualmente a uma semente de uma árvore que germina a partir de sua essência genética irá, gradualmente, formar seus órgãos e tornar-se adulto. Entretanto, a educação deste é um resultado puramente moral. (PESTALOZZI apud GADOTTI, 1997, p. 98).

Froebel foi o fundador dos ‘*Jardins de infância*’, preocupou-se com a primeira infância, considerando esta como fase fundamental para o desenvolvimento humano. Trouxe uma “concepção positivista de que as atividades levam espontaneamente ao conhecimento” (KRAMER, 1989 apud COSTA, 2000).

A partir da influência destes e de outros pensadores é que se ampliam os estudos acerca da criança na Modernidade e que Dora Lilia Marín-Díaz (2010) discorre, enfatizando acerca do nascimento de uma infância pós-moderna. Esta identifica, primeiramente, duas concepções de infância na Modernidade, denominadas como Moderna Clássica e Modernidade Liberal. Segundo a autora, a

infância na Modernidade Clássica é caracterizada com noções de disciplina e obediência enquanto na Modernidade Liberal com noções de inocência, interesse e aprendizagem.

Estas características abordadas por Díaz retratam várias formas de pensar e agir com as crianças na atualidade, embora se persista a ideia de inocência caracterizada pela imagem que a Modernidade Clássica produziu.

Buckingham (2007) ao descrever as construções históricas da Infância, afirma que vários autores quando analisados sobre este assunto surgem representando as crianças de diversos modos: “ou como inocentes e vulneráveis, ou como pecaminosas e necessitando controle, ou ainda como naturalmente sábias e de espírito livre” (BUCKINGHAM, 2007, p.92).

Muito embora, estas sejam as principais compreensões em relação às crianças, a Infância ao longo dos séculos sempre foi retratada a partir das práticas e hábitos culturais da sociedade, por isso surgem também “narrativas diversas que sobressaem em história de declínio, de civilização, de libertação, de repressão e controle”. (BUCKINGHAM, 2007, p.92)

Sendo assim, todo este percurso de representações e narrativas de infância surge como influências para a concepção desta na atualidade.

Para Buckingham (2007) a infância está certamente mudando e complementa:

A vida das crianças é mais institucionalizada e privatizada, e menos estável e segura, do que há trinta anos. As fronteiras entre crianças e adultos tornaram-se menos visíveis em algumas áreas, mas foram reforçadas e expandidas em outras. [...] adquiriram poder, tanto político como econômico, mas também estão sujeitas a mais controle e vigilância por parte dos adultos (BUCKINGHAM, 2007, p.116).

Analisando estas afirmações feitas por Buckingham (2007), percebe-se que a mudança nas três últimas décadas ocorreu a partir de um significado aparente de controle instituído pelas sociedades e do reflexo de uma sociedade global, em sua grande maioria, capitalista, com toda sua complexidade e contradições, que se preocupam com a segurança, com a aquisição de bens de consumo, com os comportamentos fora dos padrões da “normalidade”, entre outras coisas.

Entretanto, para melhor entender ou comungar desta mudança é necessário “avançar além do essencialismo e reconhecer a natureza provisória e diversificada

da infância contemporânea” (Buckingham, 2007, pág. 92), uma vez que as mudanças contemporâneas são rápidas e produzidas em prol de diferentes conceitos individuais e estruturas culturais e sociais.

De acordo com as condições contemporâneas, as crianças são postas em vários papéis e lugares.

Sarmiento (2004) infere que a contemporaneidade, nomeada por ele como 2ª Modernidade,

(...) radicalizou as condições em que vive a infância moderna, mas não a dissolveu integralmente da cultura e do mundo dos adultos, nem tão pouco lhe retirou a identidade plural nem a autonomia de ação que nos permite falar de crianças como atores sociais. (p.10).

Assim, o lugar social ocupado pela criança na contemporaneidade, advindo das transformações construídas na modernidade, tem gerado mudanças nos modos de viver a infância.

Cabe destacar ainda, que “(...) as culturas infantis são produzidas numa relação de interdependência com culturas societais atravessadas por relações desiguais de classe, gênero e de proveniência étnica (...)” (SARMENTO, 2003, p.4).

Portanto, integra-se que as culturas societais são pontos significativamente marcantes no processo histórico, uma vez que estas são alteradas de acordo com as condições socioeconômicas em que se vive, regendo assim as possíveis interações das crianças, entre si e com os membros da sociedade na qual está inserida.

Mesmo diante deste contexto de desigualdades sociais, as crianças constituem identidades individuais, que geram um estatuto social de infância, no qual, historicamente obtiveram-se mudanças e que são amparados atualmente, por leis e diretrizes, mas que também se encontram relacionadas com as configurações e práticas sociais.

Tanto as conquistas legais alcançadas como as configurações e práticas sociais, fizeram e fazem parte das mudanças e contribuíram para dinamizar toda esta trajetória, inclusive no Brasil, como se pode observar no subtópico a seguir.

2.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS: Conquistas Legais no Brasil.

Como se pode destacar, houve uma trajetória histórica da infância a partir da transformação do pensamento da sociedade e das demandas que a contemporaneidade assumiu. Sendo assim, as crianças hoje são e devem ser reconhecidas como crianças cidadãs. Para embasar esta afirmativa, recorre-se ao que preconiza, a nível nacional, a Constituição Federal de 1988, quando a mesma afirma que:

Art. 227– É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Além da promulgação da Constituição de 1988, têm-se também outros documentos legais que garantem à criança outros direitos e que ocasionaram grandes avanços, considerando as especificidades destas, como ser humano capaz, mas com necessidades diferentes das que possuem os adultos. Um destes é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma importante ferramenta que engloba a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes desde 1990, considerando como criança o sujeito que tem até doze anos de idade, assim:

O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma imensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com o apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, APUD COSTA, 2000, p.02).

Neste sentido, percebe-se a infância na contemporaneidade sendo vista considerando o olhar da criança sobre si mesma, ou seja, percebendo a capacidade desta para análise do mundo à sua maneira e não como um ser que deve ver o mundo como o adulto vê.

Respeitar a criança como pessoa, sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura é um discurso recente na história mundial e local, e se “constituiu a partir de

muitos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, em fóruns, congressos e discussões para que a criança tivesse seus direitos assegurados pelo Estado” (GONÇALVES, 2016, p.02).

Contudo, esses direitos ainda caminham a passos lentos, como afirma Gonçalves (2016). A mesma aponta o que deve ser mudado e como deve ser tratada a criança para que os direitos sejam validados:

(...) a conquista efetiva dos direitos das crianças só se dará em articulação com questões mais amplas, relacionadas às transformações políticas, culturais e econômicas da sociedade, podendo-se afirmar que os direitos das crianças ainda permanecem mais no papel do que na prática. Tal afirmação põe em evidência a luta por uma infância onde as crianças sejam respeitadas em suas múltiplas dimensões, como sujeitos históricos e de direitos. Esta discussão perpassa pela concepção de criança, de infância, de escola e de sociedade, assim como, de ética e de respeito, pois, sem ter consciência desses conceitos, será difícil compreender a constituição da formação humana, e em particular, as especificidades do desenvolvimento e formação da criança (GONÇALVES, 2016, p. 2).

Esta análise é, sem dúvida, o ponto de partida para o “ideal” que se quer alcançar, tendo em vista como se apresentam em todas as normas e leis prescritas pelos documentos citados.

Muito embora, distingue-se esta trajetória um avanço para o reconhecimento de uma infância de direitos, chega-se a Contemporaneidade, apresentada por Sarmento (2004) como 2ª Modernidade, com o entendimento de que “as crianças aparecem acima de tudo *assujeitadas* e não sujeitos”; o autor denota a infância como um “grupo geracional”, com a influência da “globalização hegemônica que, de acordo com a UNICEF e com ONG’s como a Save the Children, são afetadas pelas condições de desigualdade, pela pobreza, pela fome, pelas guerras, pelos cataclismos naturais, (...)”; e inseridas em um “complexo de rupturas sociais [...] de âmbitos, sentido e impacto desigual” (SARMENTO, 2004, p.06).

Esta infância apresentada por Sarmento traz à tona a realidade no qual se vive e no qual as crianças estão inseridas. Por isso, chama-se a atenção de que o professor da Educação Infantil deve ter a percepção para todos estes fatores e que estes, conseqüentemente, favorecerão e influenciarão o ato de avaliar nesta etapa da Educação Básica.

Desta forma, aborda-se o contexto da avaliação mais a frente, a fim de apresentá-la partindo de compreensões ante a linguagem oral das crianças e que os processos de aprendizagens se dão em meio às interações vivenciadas por estas, de acordo com sua cultura e seu meio social.

3 LINGUAGENS E LINGUAGEM ORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção de linguagem utilizada nesse trabalho embase-se no documento do MEC, intitulado “PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MEC E UFRGS PARA CONSTRUÇÃO DE ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL”, elaborado sob consultoria de Maria Carmem Barbosa (2009) no qual registra que “o termo *linguagem* vem sendo utilizado socialmente para referir diferentes manifestações e expressões culturais, científicas e da vida cotidiana” (BRASIL, 2009, p. 84).

Desta forma, a linguagem é percebida como algo que não pode estar separada das ações dos seres humanos, uma vez que esta estabelece as práticas sociais, ou mais precisamente, “as práticas sociais são composições de linguagens” (BRASIL, 2009, p.83).

Ainda segundo o documento, as práticas sociais e as linguagens estabelecem os campos de aprendizagem das crianças. Isto se confirma através da participação e vivência da criança perante, também, um contexto escolar. Oferecer a elas sensações, ideias e experiências serão os propulsores do seu modo de olhar, escutar e imitar, que depois estarão presentes no seu vocabulário, na sua fala e em outras escolhas que configurarão seu modo de viver e conviver.

Assim sendo, as diferentes linguagens que as crianças podem construir compõem a linguagem do olhar, a linguagem do gesto, a linguagem do toque, a linguagem da escrita, a linguagem oral, entre outras.

Por isso, a linguagem oral, que é o foco desta pesquisa, não difere das outras em importância.

É no som, na comunicação, nas palavras, nas narrativas, que são produzidos e verbalizados pelas crianças, que se percebe seus contextos culturais e sociais.

Desta forma, a fim de estabelecer a visão sobre a criança acerca da sua oralidade parte-se da compreensão de que “a criança aprende a verbalizar por meio da apropriação da fala do outro”, conforme se apresenta descrito no Referencial Curricular da Educação Infantil (1998), isto é, a criança utiliza as palavras como instrumento de comunicação a partir da interação com os adultos e com os pares com que ela convive.

Com intuito de reforçar esta afirmativa descrita no RCNEI (1998), traz-se o que Wallon, em sua teoria interacionista, aborda:

Desde o momento em que nasce o bebê, por sua incompletude, sua incapacidade de sobrevivência sem a ajuda de um membro mais experiente da cultura, define-se como um ser social, sendo, portanto, impossível conceber a vida psíquica sem as relações de reciprocidade entre o biológico e o social. Uma vez que é este movimento que marcará todo o desenvolvimento cognitivo do sujeito, o entorno humano representa um lugar de significação das suas ações desde seu nascimento: seus primeiros comportamentos “exprimem já o reflexo das relações à que a palavra e o dom de imaginar as coisas servem de instrumento indispensável nas relações humanas” (WALLON, 1942, p. 133).

Assim, entende-se que além do necessário entrelaçamento com a cultura, a linguagem oral é também o elemento fundante no desenvolvimento da criança.

Vygotsky (1936) deixa claro a importância da cultura na constituição da criança e a mediação do outro no processo de aquisição da linguagem, especificando que:

(...) no contato com os membros da cultura de um grupo social determinado que o bebê, sujeito biológico, transforma-se gradativamente em sujeito sócio-histórico, cuja interação com o mundo será indireta, mediada por sistemas simbólicos característicos de processos psicológicos superiores, tipicamente humanos (apud SOARES, 2009, p.9).

Por isso, a linguagem oral terá um papel fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança. Oportunizar a criança a falar em diferentes situações como: contar história, explicar uma brincadeira, solicitar ajuda, contar o que fez em casa, entre outras, ampliará sua capacidade comunicativa e através desta comunicação é que irão expressar o que desejam, sentem, necessitam, pensam, etc.

Nas “interações, é importante que o adulto utilize a sua fala de forma clara, sem infantilizações e sem imitar o jeito de a criança falar”, esta é uma das orientações didáticas prescritas no RCNEI (1998, p.134). Imitar o jeito de falar de uma criança pode ser interpretado como episódio de discriminação, dependendo do contexto e da forma como essa imitação é produzida.

Marcos Bagno (1999) em sua obra “Preconceito linguístico: o que é, como se faz”, retrata de forma contundente a discriminação, no qual distingue o fato mais

profundo do preconceito linguístico, ressaltando que, conforme os mitos linguísticos apresentados na obra, esta ação é na realidade resultado da ignorância adquirida e impregnada, e que faz contribuir para o crescimento do preconceito e da discriminação.

Assim, para garantir a aprendizagem e bem-estar das crianças na Educação Infantil, é preciso dar visibilidade a saberes e práticas que desencadearão propostas curriculares adequadas.

Diante disto, a Avaliação na Educação Infantil, surge projetada como uma das responsabilidades da instituição, e principalmente, do docente a fim de oportunizar resultados satisfatórios para sua prática, como também, para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Partindo desse pressuposto, a Avaliação é exposta a seguir através da indagação do que é avaliar na Educação Infantil e o que dizem os documentos nacionais perante o contexto avaliativo.

4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Faz-se necessário descrever qual a importância da Avaliação escolar na Educação Infantil, como esta deve ser organizada, bem como apresentar algumas concepções pedagógicas e teóricas para a realização da mesma. Em função disto expõe-se um breve contexto das políticas públicas em relação à Avaliação na Educação infantil no Brasil.

Para adentrar no questionamento de *Como avaliar na Educação Infantil?* Toma-se como aporte teórico as concepções de Jussara Hoffmann (2012), pelo qual alerta: “avaliar fundamenta-se em concepções de infância e em fundamentos teóricos sobre o desenvolvimento infantil” (HOFFMANN, 2012, p.33).

Assim, torna-se fundamental que o/a docente para avaliar as crianças, leve em consideração essas fundamentações, estabelecendo uma prática que fortaleça esses ensinamentos e aprendizados.

Essa fundamentação é apresentada através de várias perspectivas e abordagens, valendo ressaltar que estes direcionamentos devem ser analisados a partir do contexto de infância, incorporando perspectivas cabíveis que alicercem estes saberes.

Como exemplos, destaca-se a perspectiva vygotskiana, pela qual afirma que a criança aprende “... pela interação com os elementos de sua cultura e do seu meio social” (Hoffmann, 2012, p. 37); e a perspectiva piagetiana, na qual declara: “a criança constrói o conhecimento na sua interação com o objeto, entendido como seu próprio corpo, as coisas, as pessoas, os animais, a natureza, os fenômenos do mundo físico em geral” (HOFFMANN, 2012, p.35).

Com o reconhecimento destas ou de outras perspectivas, assumidas pelo docente, a avaliação caminha para que de fato reconheça-se o *para quê* e o *quê* avaliar.

Como parte da resposta do *o quê* avaliar segue-se o seguinte entendimento: avaliar o desenvolvimento da criança deve ser feito “sem fragmentar essa análise em aspectos cognitivos, afetivos e sociais ou em conteúdos específicos [...] que leve a comparações e julgamentos sobre atitudes e comportamentos, variáveis de uma criança para outra” (HOFFMANN, 2012, p. 40-41).

Avaliar, então, coloca-se como um desafio de revelar o universo infantil levando em conta sua singularidade e transformação, através das atividades e vivências oportunizadas às crianças. Assim, a observação é um dos pontos centrais para esta ação. Os registros são a leitura dessa realidade. O docente deve usar parte do seu tempo para refletir sobre esta prática, pois esses registros irão materializar e legitimar todo este movimento, oportunizando a valorização do trabalho realizado e os saberes desenvolvidos, por professores e crianças.

A avaliação fomentada por estas perspectivas e concepções instrumentaliza os professores e instituições, oferece subsídios para planejamento de práticas educativas, revelando os princípios educacionais da instituição, oportunizando análises diante do contexto histórico e social da criança, corroborando com o que preconiza e direcionam os Documentos Nacionais. Para isto, é papel do professor e das instituições estarem munidos também destes saberes a fim de que as ações sejam justas, adequadas e direcionadas, conforme as políticas públicas vigentes.

Neste sentido, destaca-se aqui o que está escrito na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (BRASIL, LDBEN, 1996), no Art. 31: “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Afirmando, assim, que a avaliação é, na primeira etapa da Educação Básica, entendida a partir da perspectiva do desenvolvimento da criança e não como um instrumento de controle e seleção.

No tocante ao *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI, BRASIL, MEC, 1998) é destacado, em seus 3 volumes, que a avaliação deve ser tratada no contexto educativo, não ter caráter individual e excludente da criança, ou seja, “não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (RCNEI, vol. 2 – pp. 65 e 66).

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, MEC, 2009) reforça o sentido da avaliação como sendo processual, diagnóstica e formativa, servindo de base para o planejamento das práticas educativas, conforme menciona o Artigo 10º:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V - a não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 05)

Nos documentos citados, denota-se que a avaliação na Educação Infantil é um mecanismo que funciona para estabelecer o protagonismo da criança como sujeito de direitos e a instituição e o professor como colaboradores deste, com funções que devem estabelecer e agir para que estes direitos sejam desempenhados.

Entretanto, para que isto de fato aconteça, o professor e a instituição de ensino, devem incorporar esses direcionamentos às suas concepções e ao Projeto Pedagógico da escola.

Esta participação demanda um perfil ético, tanto do professor quanto da instituição, pois este é o principal fundamento para que se respeite a criança como pessoa, sujeito de direitos e produtora de cultura.

Diante estes entendimentos se propôs a fazer o seguinte percurso metodológico, apresentado a seguir a fim de qualificar o estudo e a pesquisa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia apresentada neste trabalho é embasada no tipo de pesquisa na qual se molda através do método dialético, que conforme definição de Gil (2008, pág.14) é um método no qual a realidade é interpretada de acordo com os fatos sociais e que estes não podem ser tratados de forma isolada, pois carregam influências políticas, econômicas, culturais, etc.

Com este pressuposto, a pesquisa assume ser de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa com o desígnio de analisar os fatos diante os aspectos e atribuições contempladas no tema proposto.

Para Prodanov e Cristiano (2013, p.52) a pesquisa exploratória “permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos”, como também, conforme afirma Gil (2008), tem “a finalidade de esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

No tocante à pesquisa descritiva, ainda com Prodanov e Cristiano (2013), esclarece-se que esta “procura classificar, explicar e interpretar fatos que ocorrem, [...] são as que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, bem como descobrir a existência de associações entre variáveis”.

Seguindo estes pontos de vistas, o trabalho constitui-se na realização de um estudo de campo, incidido durante as oito visitas ao CREI, todas no período da manhã, no decorrer de duas semanas, com análise acerca do objeto de estudo proposto, pautado na observação dos sujeitos investigados e dos instrumentos utilizados, uma vez que se entende que a relação entre estes estabelece um vínculo nos resultados dos fatos investigados, categorizando como uma pesquisa com fins observacional.

Assim sendo, os sujeitos considerados nessa pesquisa constituem as crianças e os professores. Sendo este último com o papel para a ação de avaliar na Educação Infantil.

O que compõe a base para a formulação da pesquisa são as informações sobre as ferramentas utilizadas para avaliar nesta instituição de ensino e observações feitas acerca das relações professor/criança e instituição/criança, considerando a linguagem oral destas em função dos resultados avaliativos obtidos

e aferidos.

A instituição escolhida para aferir a pesquisa está localizada no bairro do José Américo, no Município de João Pessoa. A escolha se deu, prioritariamente, por se tratar de um bairro que compreende o entorno da residência da pesquisadora e pelo fato da instituição ser vizinha à escola que foi campo de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório, um dos pré-requisitos para cumprimento da carga curricular no curso de Pedagogia.

O CREI constitui em suas garantias a oferta de vagas de forma gratuita, conforme dever do Poder Público Municipal, acolhendo crianças em horário integral e oportunizando o desenvolvimento destas em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social. Para isto, é detentor de um espaço físico adequado e composto por uma equipe multidisciplinar no qual tem como foco o cuidar e o educar as crianças pertencentes à faixa etária indicada à Educação Infantil. Dentre os profissionais que compõe a equipe estão: Gestora, Professores e auxiliares, Educadores físicos e musicais, Profissionais técnicos, entre outros.

O estudo apoia-se na instituição observando a contribuição desta para o desenvolvimento das crianças e nos suportes e instrumentos oferecidos por esta acerca do acolhimento proporcionado às mesmas.

No tocante à amostra, esta constitui uma turma com crianças de 3 (três) anos, do referido CREI, com 32 matriculadas, a professora e a auxiliar de sala, como também, outros profissionais que compõem a equipe da instituição.

É importante destacar acerca das regras éticas, no qual se assume a intenção que estas sejam respeitadas. Para tanto, tem-se o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE), previamente elaborado, autorizando o acesso aos documentos institucionais, ressaltando que, o anonimato dos sujeitos será preservado e quaisquer outros meios que possam causar constrangimentos aos sujeitos pesquisados, como também esclarecimentos perante a instituição de ensino, quanto à coleta de informações.

Como instrumentos de coleta de dados institui-se uma observação sistemática, no que se refere às relações professor/criança, criança/criança, criança/instituição, a fim de estabelecer elementos do que deve ser observado.

Tal observação consiste em “elaborar um plano que estabeleça o que deve ser observado, em que momentos, bem como a forma de registro e organização das

informações como instrumento”. (GIL, 2008, p. 104).

Para tanto, organizou-se um quadro de linhas e colunas, exibido abaixo, a fim de orientar as observações acontecidas no período de 02/05 à 11/05 de 2018, contemplando 8 (oito) visitas, no qual cada linha corresponde um comportamento a ser observado e cada coluna indica o momento, o dia e como ocorreu a ação ou comportamento.

Figura 1: Quadro de Observações

Primeira Semana	Em que Momento ocorreu? Como ocorreu?			
	1º dia __/__/__	2º dia __/__/__	3º dia __/__/__	4º dia __/__/__
A professora presta atenção na fala de alguma criança				
A professora estabelece alguma relação de diálogo quando da fala de alguma criança				
A professora permite, dá espaço, que alguma criança expresse sua linguagem.				
Ação ou fala de alguma criança com outro funcionário.				
Ação ou fala das crianças entre si				

Assim, para efeito conclusivo e de análise é feita a aferição dos instrumentos de avaliação descrevendo como são apresentados esses registros, com o intuito de relacioná-los com o quadro de observação e contemplar o objetivo deste trabalho.

Cada página é reservada para uma criança da turma e na parte que destina-se para o registro do desenvolvimento da criança apresenta-se a seguinte legenda: (CEC) Competência em construção; (AD) Apresenta Dificuldade; (CC) Competência Construída.

Estas siglas são utilizadas para avaliar as crianças de acordo com as seguintes competências:

- Usa a linguagem oral para se comunicar, expressar desejos, vontades e sentimentos;
- Participa em situações cotidianas onde nas quais se faz necessário o uso da leitura e da escrita;
- Trabalha a coordenação motora, através do manuseio dos livros, revistas e outros recursos.
- Identifica seu nome nos diferentes nomes dos colegas do grupo;
- Identifica as letras que compõe o próprio nome;
- Escuta com atenção textos de diferentes gêneros produzindo oralmente e através de desenhos;
- Reconhece a escrita da letra inicial do seu nome;
- Reconhece noções de tamanho e quantidade (grande, pequeno, muito, pouco);
- Realiza pequenas contagens através de brincadeiras e músicas junto com o professor;
- Percebe as diferentes formas de tamanhos iguais e diferentes
- Reconhece diversas formas geométricas;
- Associa o número a quantidade;
- Reconhece o próprio corpo por meio do uso e da exploração de suas habilidades;
- Demonstra interesse com os hábitos de higiene pessoal e do ambiente;
- Identifica as pessoas que fazem parte do grupo familiar;
- Apresenta iniciativa de cuidados com o corpo e com o ambiente;
- Colabora com o grupo durante as atividades propostas;
- Respeita as regras de convivência (combinados);
- Observa o espaço escolar identificando-o;
- Reconhece alguns animais e algumas plantas;

- Reconhece a importância do cuidado com a natureza.

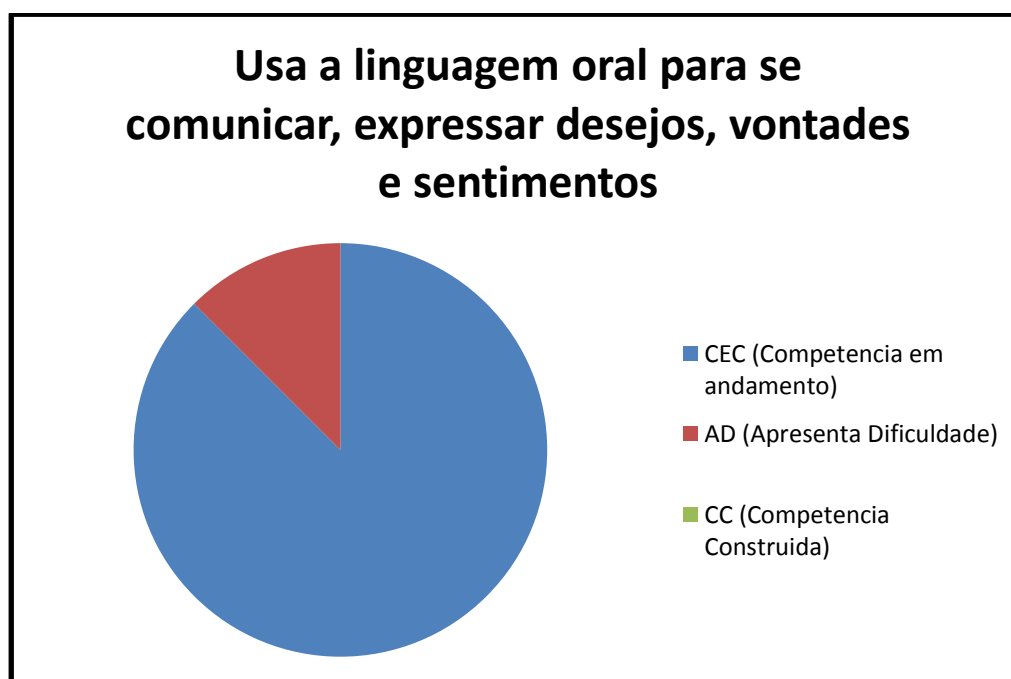
As competências listadas na referida caderneta contém significados aparentes direcionados à Educação Infantil, mas não se pode deixar de expor que, apesar destas serem colocadas como norteadoras para que a professora realize a avaliação, assumem critérios resumidos e não contemplam uma avaliação profunda e efetiva do desenvolvimento da criança, ou seja, as descobertas, as conquistas, as ações inerentes a esta faixa etária não são citadas, por isso são excluídas de serem avaliadas e não compõem os registros.

Entretanto, o objetivo deste trabalho não é analisar os instrumentos elaborados, mas apenas aferir os instrumentos utilizados na instituição, ficando a questão para ser ampliada em estudo que venha a ser desenvolvido posteriormente.

Assim sendo, volta-se ao que se destaca neste trabalho que é a observação da linguagem oral das crianças e como esta influencia no processo avaliativo.

Para isto, fez-se um breve levantamento da avaliação que a professora perpetrou no primeiro bimestre tomando como foco o primeiro item das competências listadas na caderneta que se refere à Linguagem Oral das crianças, nas quais encontram-se a seguir exposto em forma de gráfico.

Figura nº 3: Gráfico



Fonte: Gráfico elaborado pela graduanda a partir de dados coletados na caderneta de avaliação.

O Gráfico anterior demonstra o quantitativo de crianças avaliadas segundo as siglas da caderneta. Afere-se, que das 32 crianças matriculadas na turma, 28 foram avaliadas pela professora com a sigla CEC (Competência em construção), 4 (quatro) com a sigla AD (Apresenta Dificuldade) e nenhuma com a sigla CC (Competência Construída).

Ao analisar estes dados, toma-se como subsídio para diagnosticar algumas conclusões, diante as informações fornecidas pela gestora através de um diálogo a respeito desta avaliação, sobre a qual esclarece que:

Como se refere ao primeiro bimestre o que é orientado aos professores é que o processo deve ser gradual, não se pode colocar a sigla CC para um processo que ainda está em andamento. (Declaração dada pela gestora à graduanda)

Portanto, o que se percebe é que a avaliação é feita restringindo-se a responder o que se encontra apresentado na Caderneta. Neste sentido, faz-se com que outras formas ou tipos de instrumentos de avaliação sejam esquecidos e não utilizados, conforme encontra-se descrito no DCNEI (2009), que os registros devem ser organizados em relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.

A avaliação descrita só na caderneta não contempla os avanços da criança porque não expõe suas potencialidades, não descreve o cotidiano e não revela os momentos que ocorreram um desenvolvimento significativo.

Analisar qualitativamente os avanços e o cotidiano das crianças requer uma observação sistemática e uma elaboração de registros que permitirão ao professor chegar a certas conclusões avaliativas. Essas ações encontram-se determinadas no DCNEI (2009) no artigo 10º, no qual prescreve que “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças”.

A professora da referida turma também compartilhou algumas informações que se relaciona à avaliação apresentada. A partir de um comentário momentâneo esta expôs: *“Algumas crianças apresentam gagueiras na fala, entretanto, tem crianças que se expressam com uma dicção muito apurada.”*

A partir deste comentário, leva-se a concluir que o critério usado para assinalar na Caderneta no que se refere ao item sobre a linguagem oral das crianças - *“usa a linguagem oral para se comunicar, expressar desejos, vontades e*

sentimentos” - com a sigla AD (Apresenta Dificuldade) para quatro crianças, embasa-se apenas na observação de que estas não falam com uma perfeita dicção, ou seja, não articulam e pronunciam palavras e frases claramente. Não faz-se neste item, observações sobre seu desenvolvimento, sua capacidade de comunicação através de diálogos ou de ações rotineiras a fim de estabelecer uma avaliação positiva diante os contextos propostos.

Neste sentido, pressupõe-se que esta ação representa um sentido antagônico ao que se encontra prescrito na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), homologada este ano (2018), diante da intencionalidade do processo educativo. Nesta, indica-se que “o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dá-se pela observação da trajetória de *cada criança* e de *todo o grupo* – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens”; e não pela “classificação “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. (Brasil, 2018, p. 35), ou seja, se a criança gagueja ou não gagueja, se tem ótima dicção ou não.

Estas breves análises e aferição dos instrumentos avaliativos foi o ponto de partida a fim de dar seguimento à pesquisa, desencadeada com o auxílio do roteiro de observações pré-elaborado e que se constituiu da seguinte forma e com os seguintes objetivos:

- Na primeira linha - (*A professora presta atenção na fala de alguma criança*) - se em algum momento a professora pára (observa mesmo de longe) e escuta o que a criança tem para falar, se ela presta atenção e analisa esta fala, pode ser entre os pares de crianças, em alguma brincadeira, na hora da refeição, etc.
- Na segunda linha - (*A professora estabelece alguma relação de diálogo quando da fala de alguma criança*) - se durante algum diálogo a professora interage com a criança, produzindo algo a mais, além do que a criança está falando.
- Na terceira linha - (*A professora permite, dá espaço, que alguma criança expresse sua linguagem.*) - ou seja, ela oportuniza que esta criança se expresse para que ela possa avaliar seu desenvolvimento de fato, por exemplo, se depois de uma contação de história ela deixa espaço para que a criança se expresse e ela possa avaliar diante da oralidade a interpretação

desta.

- Na quarta linha - (*Ação ou fala de alguma criança com outro funcionário*) - se acontece momentos de diálogo com os demais funcionários da instituição, algo que possa ser colocado para uma suposta avaliação sobre aquela criança, mas em função da linguagem oral da mesma, ou seja, do que ela oraliza.
- Na quinta linha – (*Ação ou fala das crianças entre si*) - se durante a interação entre pares a linguagem oral estabelecida é alvo de observação dos professores, interferindo no processo avaliativo.

Diante destes critérios pré-estabelecidos, as observações exigiram muita percepção, uma vez que na rotina da creche, as demandas são muitas, pois se tem um número excessivo de crianças por turma, os horários para o banho, alimentação, recreação, entre outras atividades, são restritos e com tempos cronometrados.

Durante as visitas instituídas no CREI os momentos foram divididos entre observações e ajuda à professora e à auxiliar perante esta rotina.

Apesar de alguns obstáculos, determinadas observações são bem pontuais e contemplam o quadro de forma adequada e completa. Por exemplo, em relação à primeira linha do quadro, se observa a seguinte ação: uma criança canta a música, “*minhoca, minhoca, me dá uma beijoca, não dou, não dou...*”, só que a criança fala “*nadou, nadou*” ao invés de “*não dou*”. Isto chama a atenção da professora que ri e repete a música cantando, direcionando para esta a forma correta. A partir disto a criança repete corretamente a letra da música.

Ao observar este momento e outros que se verificou para esta linha, conclui-se que a professora presta atenção na linguagem oral da criança e que este surge como uma boa ocasião para estabelecer critérios que irão embasar ou influenciar a avaliação sobre esta criança e que pode sustentar ou auxiliar na elaboração de outros instrumentos avaliativos.

No tocante a segunda linha tem-se relação com o seguinte momento: as crianças estão todas no pátio coberto, a brincadeira é livre, têm-se alguns brinquedos, como bonecas, avião de madeira e bichos de pelúcia, mas o que chama a atenção de uma é um apagador, que se transforma momentaneamente em um telefone. Ela finge que está falando ao celular, estabelece um diálogo fictício com

uma prima chamada “Ana Vitória”, faz perguntas – *oi Ana vitória! Cadê o vovô?* - relata algumas ações que estão acontecendo ao seu redor – *Sofia? Ela está na casinha!* - e combina com a “prima” para ir à piscina – *Ana Vitória, bota o biquíni prá ir prá piscina!*. Neste momento a professora a observa e começa um diálogo perguntando-lhe com quem ela esta falando e se na casa dela tem piscina, a partir daí a professora pega o próprio aparelho celular e começa a interagir, pergunta seu nome e se ela vai pegar o ônibus para ir pra casa. As demais crianças ao redor acham aquilo o máximo e começam a chegar perto para participar do diálogo coletivo, via celular fictício.

Nota-se que a professora estabelece uma relação de diálogo e com isto acontece um processo de avaliação a partir da interação e da linguagem oral que a criança está expondo. Ao interagir com a criança, o professor potencializa sua percepção diante o desenvolvimento desta. Estas ações se apresentam como geradoras do processo avaliativo e poderão dar estímulo e influenciar outras atividades.

Outro momento que se observa para esta mesma linha acontece quando junta-se as turmas de crianças de 2 anos com a turma de 3 anos. Uma das professoras está na mesa arrumando as lembrancinhas para o Dia das Mães com algumas folhas de papel colorido. Duas crianças prestam atenção naquele movimento e estabelecem um diálogo com esta:

Criança: O que é isto tia?

Professora: É papel!

Porém, complementa com uma nova pergunta:

Professora: Que cor tem este papel?

Criança: É verde.

A professora com muita delicadeza corrige:

-- Não, meu amor... é amarelo!

Através deste diálogo, a professora não só dá atenção à criança como também instiga algo a mais, fazendo com que aconteça o desenvolvimento da oralidade desta, entrelaçando o cognitivo e a visão de mundo ante a percepção de cores.

Os momentos são muito dinâmicos e frenéticos para cumprir os tantos afazeres na rotina do CREI, as professoras por vezes, não deixam espaços para que a linguagem oral das crianças se qualifique e aconteça de forma plena. Pode-se

observar tal contexto em um determinado momento em que uma criança foi posta na “cadeirinha do repouso”, porque jogou um brinquedo na cabeça de outra. A professora pergunta o porquê daquela atitude agressiva. No entanto, não foi dado espaço para que ela explicasse e sim, instantaneamente, colocou-a a sentar no “castigo”. Nesta observação remete-se à terceira linha, salientando que a professora não oportunizou um momento para a criança expressar sua explicação através da oralidade.

São diversos os momentos que acontecem estes entraves para com as crianças, uma vez que a busca por ‘controle’ e ‘silêncio’ é incessante pelas docentes.

Muito embora se reconheça que a rotina de trabalho desses profissionais acontece de forma estafante e precarizado, os documentos oficiais descrevem que o professor deve estabelecer um olhar atento e que suas práticas são alicerces e exemplos para práticas futuras, conforme estabelece a BNCC (2017):

O monitoramento das práticas pedagógicas fundamenta-se na observação sistemática, pelo educador, dos efeitos e resultados de suas ações para as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a fim de aperfeiçoar ou corrigir suas práticas, quando for o caso. (BRASIL, 2017, p. 35).

Portanto, certas ações deveriam ser repensadas e usadas, com o auxílio de outras formas de instrumentos de avaliação, a fim de descrever a desenvoltura da criança e o desenvolvimento desta diante sua linguagem oral.

Na quarta e quinta linhas do quadro, a observação é estabelecida diante alguma ação ou fala com outro funcionário e nas interações das crianças entre pares.

No que se refere ao primeiro, teve-se a ocasião em que uma criança ao passar diante o porteiro percebe que não é a pessoa que frequentemente está na portaria, então explana com o funcionário que assume a função naquele dia: *Cadê Antônio? Ele não veio?* Esta percepção de conhecer as pessoas que fazem parte da organização da instituição é algo bem expressivo que parte da criança e identifica sua habilidade de distinguir suas percepções através da fala.

Em função do segundo, por sua vez, acontece muito naturalmente, uma vez que as crianças a todo o momento estão interagindo, socializando, brincando, observando, etc. Dentre muitas ocasiões percebidas, destaca-se como exemplo

para esta a hora das refeições, no qual as crianças exercem suas linguagens orais perguntando a outra se quer aquele pedaço de carne que não gostou (geralmente o fígado é bem rejeitado), na competição de quem vai comer tudo ou não e quem vai terminar primeiro, entre outros diálogos que são estabelecidos neste prazeroso momento. Verificou-se, entretanto, que estes diálogos são estabelecidos através de construções cognitivas geradas a partir de vários contextos oportunizados às crianças.

Desta forma, é importante enfatizar que a linguagem oral das crianças é um fator que gera aspectos que podem e devem ser avaliados e por isso influencia o processo de avaliação, uma vez que estes contribuem para o desenvolvimento pleno das crianças.

Como observação final, toma-se como aporte o documento disponível de avaliação no CREI e a relação deste com os momentos de interação descritos. Nota-se que este não abrange os muitos momentos que se refletirão nas competências que a criança poderá desenvolver além das que se encontram listada na Caderneta, uma vez que se observa que avaliar a competência que a criança desenvolve diante sua linguagem oral ultrapassa os limites prescritos neste, isto é, a criança não usa a linguagem oral apenas para se comunicar, expressar desejos, vontades e sentimentos. Ela ultrapassa as barreiras da comunicação e da expressão, a linguagem oral das crianças, distingue a sua cultura, o seu desenvolvimento, seu pertencimento, a visão de mundo, entre outras percepções.

Diante disto tudo, os momentos de visita e horas de convívio fez observar que a avaliação na Educação Infantil deve ser feita de maneira específica e com critérios pensados anteriormente, já que envolve muito além de avaliar a dimensão cognitiva da criança e sim todo o seu desenvolvimento, seja ele biológico, psíquico, emocional ou físico.

A linguagem oral observada e pesquisada na qual é influenciada pela prática dos professores, o aprendizado e o desenvolvimento da criança, oportuniza o desencadeamento de várias outras atitudes que irão corroborar para um melhor desempenho tanto para as crianças quanto para os professores e professoras que trabalham com esta etapa da Educação Básica, pois ela brota como um fator imprescindível no processo de pensar a criança como sujeito de direitos, histórico-cultural e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso deste trabalho teve-se momentos notadamente marcantes e de grande valia para chegar à conclusão de que as formas de avaliar dos professores e os instrumentos utilizados pelas instituições de ensino devem ser elaborados de forma contundentes e organizados, com a participação efetiva de professores e instituição através de um criterioso planejamento.

Pesquisar diretamente sobre a Linguagem Oral das crianças fez refletir sobre o quanto é enriquecedor direcionar o olhar para fatores que, muitas vezes, passam despercebidos na Educação Infantil.

Analisar o processo avaliativo tomando como base a Linguagem Oral das crianças resultou uma caixa recheada de conhecimentos no qual articulou as crianças, a instituição e a atuação do professor perante esta ação.

A partir da elaboração do quadro de observações obteve-se um melhor alcance para o objetivo principal do trabalho, uma vez que diante das observações notou-se que o processo avaliativo na Educação Infantil percorre vários caminhos e que os professores e as instituições de ensino devem estar atentos aos aspectos não só cognitivos das crianças, mas também os emocionais e culturais, pois estes são também pontos fundantes para o desenvolvimento da criança, que regem, de certa forma, seu convívio no ambiente escolar e por consequência irá afetar todo o processo avaliativo em relação à criança.

No que se refere aos instrumentos utilizados no referido CREI, denota-se que a falta de tempo para os professores elaborarem outras formas de avaliar as crianças é um fator que compromete a preparação e apresentação de diferentes tipos de descritivos avaliativos apresentada nos documentos legais.

Entretanto, reconhece-se que esta falta de tempo advém dos entraves e dos obstáculos estruturais pelo qual passa, atualmente, a educação como um todo no nosso país, com cortes financeiros de ordem substancial que comprometem o desenvolvimento de um trabalho adequado e de um serviço de qualidade à população.

Contudo, percebe-se que é viável tomar como direcionamento algumas sugestões advindas dos documentos oficiais, como por exemplo, a orientação didática do RCNEI (1998, v.2, p 138), a qual especifica: “É importante planejar

situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidade, como conversas, exposições orais, entrevistas e não só a reprodução de contextos comunicativos informais.”, ou seja, é possível introduzir e assumir alguns posicionamentos para que a avaliação não se resuma a só preencher a Caderneta, mas sim produzir outros tipos de descritivos. Estes aspectos não valem só para o referido CREI, mas para qualquer outra instituição que adota a avaliação desta maneira simplificada.

De certa forma, notou-se que a Linguagem Oral das crianças exerce influência nos resultados avaliativos e os fatores que podem interferir nestes resultados se referem muito mais aos aspectos biológicos de algumas crianças como, por exemplo, a gagueira, do que na percepção dos professores diante o contexto da linguagem oral em si.

Assim, cumpre-se com os objetivos propostos e com as perguntas que foram formuladas, como também, oportuniza-se a promoção deste trabalho como propulsor de futuras observações perante o processo avaliativo nas instituições de ensino e nas ações exercidas por professores e estudiosos da área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Lei nº 9394 de dezembro*, 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL, MEC. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 1998.

BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL, MEC, SEB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Projeto de Cooperação Técnica Para Construção de Orientações Curriculares Para a Educação Infantil**: práticas cotidianas na educação infantil. Consultora: Maria Carmen Silveira Barbosa
<In: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf.>
Brasília, 2009.

BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Edições Loyola, p. 91-116, São Paulo, 2007.

COSTA, Márcia Rosa da. **Eu também quero falar**: um estudo sobre infância, violência e educação. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17163/000275990.pdf>>. Acesso em: 10.11.2017. Porto alegre, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Gisele. **A criança como sujeito de direitos**: limites e possibilidades. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-5_GISELE-GON%C3%87ALVES.pdf. Acesso em: 05.08.2017. Anais XI ANPED SUL, 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Disponível em: <www.feevale.br/editora> Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOARES, Maria Vilani. **Aquisição da linguagem segundo a Psicologia Interacionista:** três abordagens. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/maria_vilani_soares.pdf>. Acesso em 20.11.2017.

SOARES, Natália Fernandes. **Direitos da criança:** utopia ou realidade? In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças: contextos e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. *Crianças e miúdos:* perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004.

SARMENTO, M.J. **Imaginário e culturas da infância.** Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, Martins Fontes, 1936.

WALLON, H. **Do Acto ao Pensamento.** Lisboa, Moraes, 1942.